

PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS INSCRITOS NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - DELEGACIA DE FREDERICO WESTPHALEN/RS, EM RELAÇÃO À CONTABILIDADE AMBIENTAL

Leonardo Bisello¹
Cristiano Tichota²
Osmar Antonio Bonzanini³
Estevo Mateus Olesiak⁴
Elisângela Bertolotti⁵

RESUMO

A Contabilidade Ambiental é um dos ramos da Contabilidade Tradicional, tendo como objeto de estudo o patrimônio ambiental de uma entidade, seja ela particular ou pública. O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos profissionais contábeis inscritos no Conselho Regional de Contabilidade - Delegacia de Frederico Westphalen/RS, em relação à Contabilidade Ambiental. A pesquisa foi realizada mediante a aplicação de um questionário eletrônico, com perguntas objetivas, encaminhado ao e-mail de todos os profissionais através do sistema de pesquisas *Survey Monkey*. A partir das respostas obtidas, pôde-se observar que a informação ambiental tem ganhado espaço, e tem tido aumento na consideração de sua importância. Tal fato é evidenciado pelos achados, visto que demonstram o crescimento desses conteúdos nos currículos, concomitante à busca sobre o tema e mesmo pela percepção dos respondentes. De forma geral, os resultados obtidos no estudo alinham-se à importância do tema como tratado na literatura. Ainda, corroboram com sua importância e evidenciam, também, o conhecimento ainda empobrecido sobre tal. Dessa forma, ao considerar as duas posições, observa-se que o tema abordado tende a estar cada vez mais presente nos ambientes corporativos e acadêmicos.

Palavras-Chave: Contabilidade, patrimônio, informação, conhecimento, ambiental.

PERCEPTIONS OF PROFESSIONALS ENROLLED IN THE REGIONAL COUNCIL OF ACCOUNTING – DELEGACY OF FREDERICO WESTPHALEN/RS, REGARDING ENVIRONMENTAL ACCOUNTING

ABSTRACT

The Environmental Accounting is one of the branches of Traditional Accounting, having as object of study the environmental patrimony of an entity, be it private or public. The present work had the objective of analyzing the perceptions of accounting professionals enrolled in the Regional Accounting Council - Frederico Westphalen/RS, in relation to Environmental Accounting. The research was carried out through the application of an

¹ Bacharel em Ciências Contábeis e Pós-graduado no MBA em Auditoria e Perícia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Frederico Westphalen – RS – E-mail: leobisello@gmail.com;

² Bacharel em Ciências Contábeis e Pós-graduado no MBA em Auditoria e Perícia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Campus de Frederico Westphalen – RS;

³ Dr. em Gestão. Contador. Membro da ACCRGS. Professor do DCSA da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI - E-mail: bonzanini.prof@gmail.com;

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS;

⁵ Mestranda em Letras – Literatura Comparada – URI - FW. Professora da Rede ICM de Educação.

electronic questionnaire, with objective questions, sent to the email of all the professionals through the survey system Survey Monkey. From the answers obtained, it could be observed that the environmental information has gained space, and has increased in the consideration of its importance. This fact is evidenced by the findings, since they demonstrate the growth of these contents in the curricula, concomitant to the search on the subject and even by the perception of the respondents. In general, the results obtained in the study align with the importance of the topic as treated in the literature. Still, they corroborate their importance and also evidence the still impoverished knowledge about it. Thus, when considering the two positions, it is observed that the topic addressed tends to be increasingly present in corporate and academic environments.

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação acerca das questões relacionadas à preservação ambiental e à sustentabilidade, em especial nas últimas quatro décadas, impõe a necessidade de esclarecimentos acerca dos fatores que impactam negativamente o meio ambiente (Viviani *et al.*, 2014). Em contraponto, ainda não há no Brasil previsão legal para que as empresas tornem públicas suas informações de cunho ambiental, ou seja, não são obrigadas a divulgar o impacto gerado pelas suas ações, nem os investimentos realizados para a recuperação do ambiente degradado (NOSSA, 2002).

Apesar do caráter discricionário da divulgação ambiental, por meio da contabilidade ambiental, vem-se percebendo um acréscimo no número de empresas que divulgam, voluntariamente, suas informações relacionadas ao meio ambiente, evidenciadas, principalmente, nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) (Calixto, 2009). Esse fato tem motivado muitos estudos, com diferentes enfoques e análises de diversas variáveis, que buscam uma explicação para esse acréscimo de divulgações espontâneas (ROVER *ET AL.*, 2012; QIU, SHAUKAT & THARYAN, 2016; MACÊDO *ET AL.*, 2013).

Conforme Deegan (2002), as empresas necessitam ser aceitas pela sociedade na qual estão inseridas, como forma de legitimar sua existência, explicado pela teoria da legitimidade, sendo a divulgação ambiental uma forma de transparecer seus atos aos *stakeholders*. Dessa maneira, contribuem para que a sociedade lhes confira um estado de legitimidade, a partir de um comportamento responsável, firmando uma espécie de contrato informal (SILVA, 2003).

A partir dos estudos de Verrecchia (1983) e Dye (1985), disseminaram-se os conceitos da teoria da divulgação voluntária, afirmando que os gestores definem as informações que serão externalizadas, geralmente positivas, de acordo com os benefícios que as mesmas podem lhes gerar. A divulgação também pressupõe custos, os quais perfazem uma equação com seus benefícios, gerando uma curva que possui um ponto de equilíbrio, entre o que se investe para informar e os benefícios auferidos pelas informações prestadas (ROVER *ET AL.*, 2012).

Outra teoria utilizada para explicar a divulgação ambiental é a teoria de agência. A divulgação transparente das informações, por parte dos gestores, pode contribuir para a mitigação dos riscos de assimetria informacional (IBGC, 2015). Segundo Mallin, Mullineux e Wihlborg (2005), um nível mais elevado de divulgação ambiental, além de contribuir com as boas práticas de governança corporativa, ainda implica na criação de uma imagem positiva da organização frente aos investidores.

No que diz respeito à estratégia das empresas, o modelo das 5 forças de Porter (2004) pressupõe que as empresas posicionadas pela estratégia genérica de diferenciação, busquem alto valor percebido pelo mercado em relação à sua marca e até seus produtos.

Assim, tais organizações investem muitos recursos em publicidade, o que pode indicar uma relação positiva com suas divulgações ambientais, por meio da contabilidade ambiental, uma vez que uma atitude ambientalmente responsável também é um fator positivo relacionado à imagem de uma empresa (AAKER, 2007).

Por outro lado, sabe-se que este segmento da contabilidade ainda é pouco abordado nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. Souza (2006) realizou uma pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, cujo resultado demonstrou que somente 26 cursos (2,8%), de 916 instituições, tinham a Contabilidade Ambiental inserida no currículo do curso de Ciências Contábeis. Dessa forma, entende-se que a maior parte do conhecimento sobre o tema, por parte dos profissionais contábeis, se desenvolve através do estudo, além da graduação, e do contato durante os trabalhos profissionais.

O Rio Grande do Sul é um Estado com um território de cerca de 281.748 km² segundo a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, maior que o Uruguai, por exemplo, que possui um território de 176.215 km², segundo dados extraídos do site do IBGE (2018), de forma que conta com grande disponibilidade de recursos naturais consequentemente, são desenvolvidas muitas atividades ligadas à exploração agrícola e de mineração. Neste meio, além do controle de emissões de poluição, muitas empresas estão ligadas diretamente a estas atividades de exploração e, portanto, é visível a necessidade de controle da utilização dos recursos naturais.

Diante do contexto apresentado, este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos profissionais de contabilidade, inscritos no CRC/RS, e pertencentes à Delegacia de Frederico Westphalen – RS, em relação à contabilidade ambiental.

Adicionalmente, justifica-se o desenvolvimento desse estudo no sentido de contribuir com novos achados relacionados a crescente divulgação ambiental, por meio da contabilidade ambiental, realizada pelas empresas, principalmente, pelo assunto não apresentar consenso ou resultados definitivos. Cabe ressaltar que não há a intenção em esgotar o tema proposto, mas em contribuir para a construção contínua de conhecimento na área. Além da introdução, este artigo está dividido em mais quatro seções, a saber: referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise dos dados da pesquisa de campo e as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda temas relacionados à Contabilidade Ambiental, como a origem deste ramo da contabilidade, os elementos específicos nas demonstrações contábeis, a implantação de projetos ambientais e auditoria ambiental. Traz-se, aqui, referências de autores que abordaram o tema anteriormente, dando sustentação ao estudo proposto.

Obviamente que os impactos ambientais existem há milhares de anos. Os fatos que afetam o meio ambiente podem acontecer da própria inter-relação entre os diversos tipos de materiais que formam o nosso planeta, como é o caso dos vulcões e outros eventos semelhantes, ou pela interferência do ser humano. Notadamente, estes são provenientes de interferência do ser humano, em grande parte, estão ligados ao desenvolvimento de alguma atividade econômica. Ainda, a totalidade dos recursos materiais consumidos pelas empresas, advém, direta ou indiretamente, da natureza. Os poluentes por ela emitidos têm como destino certo, em última instância, a natureza.

Dado ao fato de que os recursos ambientais disponíveis são limitados e, também, de que é preciso ter consciência ao descartar os resíduos, surge uma preocupação coletiva com o meio ambiente. Tal preocupação faz com que as empresas busquem meios de ter

um maior controle no uso dos recursos ambientais, e também de reduzir os impactos causados ao meio ambiente.

Segundo Pereira (2007), a Contabilidade Ambiental surge como uma “filha” da Contabilidade Tradicional, com o seu foco voltado ao impacto que a empresa exerce sobre o meio em que está inserida. Ademais, a contabilidade é por si só, um sistema extremamente eficiente no controle, portanto, do surgimento da Contabilidade Ambiental como um ramo da contabilidade voltado ao controle do patrimônio ambiental das entidades.

2.1 Contabilidade Ambiental

Por volta dos anos 60 surge um novo tipo de usuários das informações contábeis, motivado pela insatisfação social este novo usuário começa a preocupar-se com o esgotamento dos recursos naturais e a poluição gerada pelos processos industriais, que agrediam o meio ambiente sem o devido controle. Com o tempo, este tipo de informação passa a ser requisitada tanto por usuários externos, quanto por usuários internos. Nesse caso, pode-se classificar como usuários externos a sociedade, os órgãos de controle do governo, juntamente com órgãos de controle internacionais.

Por outro lado, conforme Tinoco e Kramer (2011, p.11) “a contabilidade precisou, e precisa constantemente, dotar-se de conhecimentos, ferramentas, enfim, de todo um arcabouço conceitual, para bem poder responder a seus usuários internos e externos.” Nesse mesmo passo, passam a ser requisitadas da contabilidade também informações de cunho social, com o intuito de verificar a preocupação das entidades com o desenvolvimento social de seus empregados e de todos os envolvidos direta e indiretamente com suas atividades.

De acordo com Ferreira (2011), o surgimento da Contabilidade Ambiental foi motivado pelos inúmeros problemas relacionados às questões ambientais a partir da década de 1990, quando fica mais evidente a gravidade dos problemas relacionados aos danos ao meio ambiente e a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Com isso, os contadores, os órgãos de pesquisas e o governo passaram a desenvolver estudos com a finalidade de desenvolver mecanismos, e adaptar os procedimentos oriundos da contabilidade tradicional, para atender a essa nova demanda de informações para controle ambiental.

Ainda, conforme Tinoco e Kraemer (2011), foi precisamente no ano de 1998 que emerge a Contabilidade Ambiental. Nesse momento, passa a ter *status* de um novo ramo da contabilidade, com a conclusão do relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais, desenvolvido pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas, integrado por especialistas em padrões internacionais de contabilidade e relatórios.

A partir de então, as preocupações relacionadas ao meio ambiente e à sociedade estão cada vez mais inseridas no contexto empresarial. Um conceito adotado atualmente para abordar as questões relacionadas à sustentabilidade empresarial é o *Triple Bottom Line* – TBL. De acordo com Elkington (2001), o TBL orienta-se por três perspectivas, também chamadas de pilares: (a) econômico; (b) social; (c) ambiental. Para que as organizações almejem a continuidade de suas atividades, as três perspectivas devem ser atendidas. TBL: (I) Ambiental: redução da emissão de gases poluentes, redução de resíduos gerados; (II) Social: imagem positiva da empresa, local de trabalho mais seguro; e (III) Econômico: redução de custos por eficiência, redução de passivo ambiental.

As perspectivas do TBL ligam-se entre si, surgindo desse inter-relacionamento novas abordagens relacionadas à sustentabilidade. A relação entre os pilares econômico e ambiental estabelece a contabilidade ambiental como importante instrumento de controle (RODRIGUEZ, 2002). A contabilidade ambiental é a responsável por

identificar, mensurar, classificar, acumular e divulgar as informações sobre eventos incorridos a partir de atividades ambientais, por meio de relatórios como o balanço ambiental e o demonstrativo de resultados ambiental (VELLANI; RIBEIRO, 2010). Para que a contabilidade ambiental possa ser útil para análise e tomada de decisão, destaca-se a importância de registrar os eventos ambientais de forma segregada da contabilidade tradicional (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Para melhor entendimento desse ramo da contabilidade é necessário o conhecimento dos elementos das demonstrações contábeis de natureza ambiental, a saber: Ativos Ambientais, os Passivos Ambientais, os Custos e Despesas Ambientais e as Receitas Ambientais.

2.2 Elementos Das Demonstrações Contábeis De Natureza Ambiental

Na Contabilidade Ambiental, os elementos das demonstrações possuem características peculiares, que os diferencia dos elementos da Contabilidade Tradicional. Nos tópicos a seguir são abordados os conceitos e características desses elementos.

2.2.1 Ativos Ambientais

Para Ribeiro (2010), a definição de Ativo Ambiental abrange “[...] todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefícios econômicos em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental”. Seguindo este raciocínio, os bens possuídos ou adquiridos com o intuito de minimizar a emissão de poluentes ou potencializar o uso de recursos naturais, aumentam a eficiência produtiva e reduzem os impactos ambientais, se enquadram no conceito de Ativo Ambiental.

Ainda, conforme Ribeiro (2010), todo o conjunto de bens adquiridos pela entidade tem a finalidade de preservar o meio ambiente constitui o Ativo Ambiental. Esses bens representam os investimentos feitos na área do meio ambiente e devem ser classificados, separadamente, no Balanço, com títulos contábeis específicos, que permitam identificar de forma adequada os Estoques Ambientais, o Imobilizado Ambiental e o Diferido Ambiental.

2.2.2 Passivos Ambientais

Segundo Ribeiro e Gratão (2000), foi amplamente difundida a conotação negativa a respeito dos passivos ambientais, através de empresas que agrediam significativamente o meio ambiente contraindo a obrigação de pagar grandes quantias em multas e para a recuperação das áreas atingidas e danificadas. Muitas empresas tiveram prejudicado o seu fluxo de caixa com os desembolsos imediatos para o pagamento dessas multas, além dos gastos futuros, necessários para a recuperação da imagem negativa sobre a marca da empresa em um evento deste tipo.

Porém, de acordo com Tinoco e Kraemer (2011), os passivos ambientais nem sempre têm sua origem em fatos de conotação tão negativa, estes também podem derivar atitudes responsáveis e éticas, como investimentos com equipamentos, máquinas e sistemas de controle de eventos que possam afetar meio ambiente, bem como a remuneração da operacionalização de tais instrumentos.

Dessa forma, as origens dos recursos usados para tais fins devem ser considerados passivos ambientais, visto que podem ter origem própria ou de terceiros conforme a classificação utilizada para os demais passivos de uma entidade.

2.2.3 Custos e Despesas Ambientais

Os gastos ambientais devem ser classificados como custos ambientais quando têm a sua origem no consumo dos ativos ambientais, tais como os estoques de insumos necessários ao funcionamento de equipamentos ambientais ou empregados em algum processo que promova a redução de poluentes ou a purificação de algum resíduo da produção, por exemplo (RIBEIRO E GRATÃO, 2000).

Ainda, conforme Ribeiro (2010), as despesas ambientais correspondem aos gastos necessários para a obtenção das receitas ambientais. Assim como na contabilidade tradicional, as despesas ambientais ficam, necessariamente, consignadas ao esforço empregado na obtenção das receitas ambientais.

2.2.4 Receitas Ambientais

No entendimento de Costa e Marion (2007), para o reconhecimento das receitas ambientais de uma entidade, é necessário, primeiramente separar as receitas operacionais da entidade, de acordo com a atividade principal, para melhor distingui-las.

Nesse entendimento, as receitas ambientais são aquelas que possuem alguma vinculação com o fato de a entidade possuir ativos ambientais, ou seja, os padrões de responsabilidade ambiental adotados. O requisito principal para o reconhecimento dos ativos decorre da possibilidade de que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, na contabilidade ambiental não é diferente.

Segundo Santos et al. (2001) o objetivo principal, ao se implantar um sistema de gestão ambiental, não é auferir receitas, e sim desenvolver uma política de responsabilidade perante o meio ambiente. Mas nada impede que as empresas recebam algum proveito econômico de tal atitude.

De acordo com o autor são exemplos de receitas ambientais:

- A prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- A venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo;
- A participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Este último, apesar da complexidade, segundo o autor, pode ser calculado tomando-se por base, estatísticas elaboradas junto ao mercado consumidor, que determinem o percentual de consumidores que realizam a compra pela existência do item responsabilidade ambiental na entidade.

Martins e Ribeiro (1995) também entendem que a evolução do fluxo de receitas de uma empresa pode depender de investimentos no controle ambiental, dada à conscientização da sociedade no que tange ao assunto. Sendo assim, este incremento nas receitas, diretamente vinculado a estes investimentos pode ser classificado como receita ambiental.

2.3 Auditoria Ambiental

A auditoria ambiental, para Campos e Lerípio (2009), pode ser classificada de acordo com o tipo, a saber:

- Auditoria ou análise crítica ambiental;
- Conformidade (*compliance*);
- Fase I e Fase II;
- Aquisição, fusão e alienação (*due diligence*);

- Sistema de gestão ambiental;
- Auditoria de questões isoladas ou de desempenho.

Os dois tipos mais utilizados são a auditoria de aquisição, fusão ou alienação e a auditoria de conformidade (*compliance*). A primeira, para avaliar os riscos ambientais que as empresas estejam expostas, e que possam afetar seu patrimônio depois do processo, e a segunda, utilizada para certificações de qualidade para o meio ambiente.

Segundo Ferreira (2011), nota-se que há um esforço para que a auditoria possa ser considerada mais um instrumento de gestão, para as operações das empresas que causam impactos ao meio ambiente. Muitas vezes, as empresas estavam expostas a riscos ambientais que poderiam comprometer a sua continuidade, devido às penalidades e gastos para recuperação do meio ambiente, sendo que não havia nenhuma evidenciação nas demonstrações contábeis, o que pode comprometer profundamente a fidedignidade das demonstrações contábeis, uma vez que essas informações são muito importantes para os acionistas, ou em um processo de fusão ou incorporação.

2.4 Estudos relacionados

As pesquisas relacionadas ao tema divulgação ambiental tem motivado pesquisadores nacionais e estrangeiros. Buscou-se, nesse tópico, elaborar uma síntese de trabalhos com esse enfoque. Apresenta-se, no Quadro 1, estudos relacionados ao assunto.

Quadro 1 - Estudos relacionados

Autor(es) / Ano	Síntese da pesquisa
Clarkson <i>et al.</i> (2007)	A pesquisa analisou a relação entre o desempenho ambiental e a divulgação ambiental em 191 empresas norte-americanas, pertencentes aos 5 setores mais poluidores. Os resultados apontaram a relação positiva entre o desempenho ambiental das organizações e o nível de divulgação ambiental por meio da contabilidade ambiental.
Rover <i>et al.</i> (2012)	O estudo buscou identificar os fatores que determinam a divulgação voluntária ambiental por meio da contabilidade ambiental, pelas empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Os resultados mostraram que as variáveis tamanho da empresa, empresa de auditoria, sustentabilidade e publicação do Relatório de Sustentabilidade são relevantes a um nível de significância de 5% para a explicação do disclosure voluntário de informações ambientais, corroborando com a teoria positiva da contabilidade e com a teoria da legitimidade.
Macêdo <i>et al.</i> (2013)	Analisou a relação entre a contabilidade ambiental e a adoção de práticas de governança corporativa nas cinco maiores empresas de cada setor econômico da BM&FBovespa. Evidenciou-se uma forte correlação positiva e significativa entre a contabilidade ambiental e as práticas de governança corporativa.
Burgwal & Vieira (2014)	O objetivo do artigo foi identificar quais as variáveis possuem impacto significativo no nível das práticas de contabilidade ambiental adotadas por companhias abertas holandesas. Os testes estatísticos evidenciaram relação positiva e significativa entre o tamanho das empresas do setor e o nível de contabilidade ambiental. Já em relação à lucratividade, não foi constatada relação significativa, possivelmente pelo impacto da crise financeira iniciada em 2007/2008.
Qiu, Shaukat & Tharyan (2016)	A pesquisa buscou a relação entre a contabilidade social e ambiental das empresas com variáveis de desempenho econômico e valor de mercado. Foram analisadas empresas no período de 2005 até 2009, totalizando 629 observações. Os resultados sugerem que as empresas com maior valor de mercado adotam mais precisamente contabilidade social e ambiental.

Fonte: Elaborado a partir dos estudos

Após essa abordagem, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a aplicação desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção do trabalho tem por objetivo descrever o tipo de pesquisa realizada e a sua classificação quanto aos objetivos e quanto à abordagem do problema e, ainda, os procedimentos técnicos utilizados, além de apresentar a população alvo do presente estudo, o plano de coleta e análise dos dados. Para o desenvolvimento de um trabalho científico, é necessária a coleta de dados com o máximo de informações possíveis e relevantes para dar base à conclusão.

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica foi, inicialmente, amplamente utilizada neste estudo, buscando montar um sólido referencial teórico com embasamento em livros, revistas, artigos acadêmicos e fontes digitais. Isto permitiu obter um melhor entendimento da área da Contabilidade Ambiental, o que, segundo Gil (2010), configura uma pesquisa de caráter bibliográfico.

No que se refere à classificação da pesquisa, quanto aos objetivos, a mesma se classifica como exploratória. Para Andrade (2002), este tipo de pesquisa tem uma série de características, sejam elas: proporcionar maiores informações sobre o assunto investigado no estudo, delimitar o tema, orientar a definição dos objetivos e dar um novo enfoque sobre o tema. Assim, se o estudo integrar uma ou mais destas características, o mesmo se caracteriza como exploratório.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa apresenta características quantitativas e qualitativas. Para Richardson (1999), a pesquisa quantitativa tem como principal característica o uso de um instrumento estatístico como base no processo de análise dos dados. Isto posto, convém ressaltar que, de acordo com Beuren et al. (2009), a abordagem qualitativa da pesquisa é fundamental para o aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da Contabilidade como ciência, tanto no âmbito teórico quanto prático. Sendo assim, esta pesquisa, além de apresentar características predominantemente quantitativas, apresenta também o enfoque qualitativo na análise dos dados da pesquisa, pois visa conhecer as percepções da população da pesquisa quanto do tema abordado.

Quanto à população, a pesquisa foi aplicada aos 297 profissionais contábeis inscritos no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS, vinculados à delegacia de Frederico Westphalen. A amostra do estudo está representada por 39 profissionais, que responderam aos questionários enviados.

Em relação ao plano de coleta de dados, no estudo em questão foi utilizado um programa de pesquisas criado pela *Survey Monkey*, em que foi elaborado um questionário eletrônico com modelos de perguntas dentro dos parâmetros previamente disponibilizados pelos desenvolvedores. O questionário foi composto por perguntas objetivas, que permitiram identificar o perfil dos respondentes, bem como suas percepções quanto ao assunto abordado pela pesquisa. Destaca-se, como uma ferramenta utilizada para as questões que envolvam a coleta da opinião dos envolvidos, questões de múltipla escolha, e também do tipo escala Likert.

O modelo de escala criado por Likert (1932) propõe que o respondente marque em um ponto fixo dentre cinco categorias de respostas, que vão desde o “aprovo totalmente” até o “desaprovo totalmente”. Este modelo, que também introduziu a escala bidimensional, permite ao respondente se posicionar a favor, contra ou sobre o ponto neutro no centro da escala, a respeito do tema abordado. As perguntas que usam esta

sistemática, porém, não usam necessariamente estas opções de resposta, utilizadas neste questionário, se classificam como perguntas do tipo escala Likert.

O questionário aplicado contemplou as questões a seguir, demonstradas no Quadro 2.

Quadro 2 - Conjunto de questões encaminhadas aos participantes do estudo

Questão 1: Gênero (Masculino, feminino)
Questão 2: Tempo de Registro no CRC-RS (Até 5 Anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 15 anos, de 16 a 20 anos, mais de 20 anos)
Questão 3: Tipo do Registro no CRC-RS (Contador (a), técnico)
Questão 4: Campo de Atuação (Titular/sócio de organização contábil, contador/técnico de empresa privada, contador/técnico de entidade pública, funcionário de organização contábil, funcionário de empresa privada, funcionário de entidade pública)
Questão 5: Na sua formação profissional, obteve conhecimentos sobre a Contabilidade Ambiental? (Não. Nenhum, apenas através de eventos ligados a área, em disciplina específica da graduação e/ou pós-graduação)
Questão 6: Como considera seus conhecimentos na área de Contabilidade Ambiental? (Muito insatisfatórios, insatisfatórios, desconheço o assunto, razoavelmente satisfatórios, plenamente satisfatórios)
Questão 7: Você já participou da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental em alguma entidade? (Como responsável, apenas como participante, não participei)
Questão 8: De onde adquiriu a maior parte de seus conhecimentos nessa área? (Livros e revistas, artigos acadêmicos, legislação aplicada, formação acadêmica, outros)
Questão 9: Na sua opinião, qual o grau de importância da Informação Ambiental para a gestão de uma empresa? (Irrelevante, pouco importante, razoável, muito importante, indispensável)
Questão 10: Na sua opinião, qual o grau de importância da Informação Ambiental para o Consumidor? (Irrelevante, pouco importante, razoável, muito importante, indispensável)

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à análise e interpretação dos dados, após o fechamento da coleta, deu-se início a organização sistemática dos mesmos, buscando atender aos objetivos do estudo.

Em razão do questionário elaborado para o estudo não ter sido utilizado anteriormente, fez-se necessário um pré-teste para verificar a aplicabilidade do mesmo e a forma como seriam retornados os dados. Para tanto, o mesmo foi enviado para cinco profissionais contábeis que não possuem registro no Conselho de Contabilidade e logo após foram feitas entrevistas presenciais com os mesmos, em que foram acolhidas algumas correções de ortografia e de estrutura, bem como algumas sugestões de melhoria em algumas questões.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção do trabalho, procede-se a análise das respostas ao questionário. Para tanto, os dados das respostas foram agrupados e transformados em informações para uma análise detalhada.

4.1 Perfil dos respondentes

Na primeira parte do questionário, as primeiras quatro perguntas foram elaboradas com a finalidade de identificar o perfil dos respondentes. A fim de definir o gênero, o campo de atuação, o tipo do registro no CRC-RS e o tempo do registro.

Quanto ao gênero, 51,28% dos respondentes são do gênero masculino e 48,72% feminino. Em relação ao tipo de registro, 97,44% são contadores. A maior parte dos

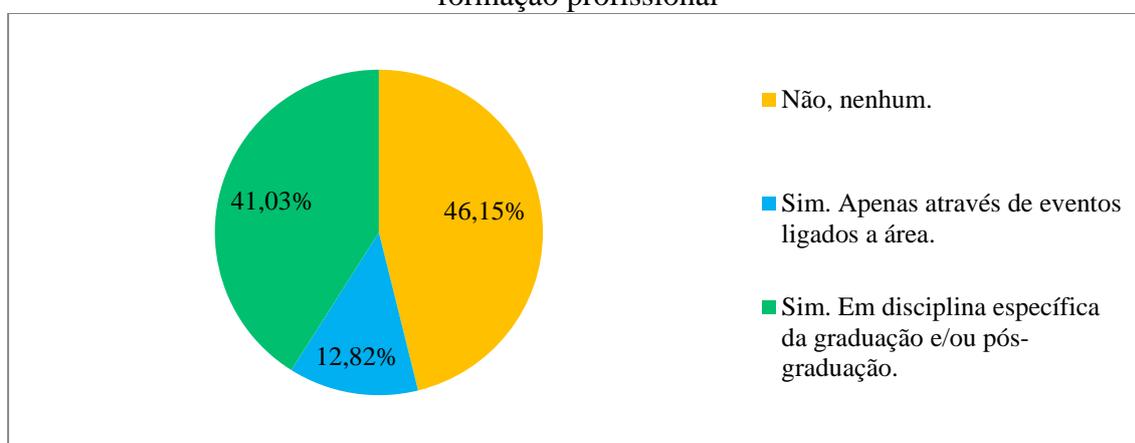
respondentes (51,28%) possui o registro a menos de cinco anos, 23,08% de seis a dez anos, 2,56% de onze a quinze anos, 5,13% de dezesseis a vinte anos e 17,95% possuem o registro a mais de vinte anos. Já quanto ao tempo de atuação, a maior parte dos respondentes (34,21%) são titulares de Organizações Contábeis.

4.2 Análise e discussão dos dados

Da quinta à décima questão, foram feitas perguntas a respeito da Contabilidade Ambiental. As respostas obtidas estão colocadas na sequência.

Quanto aos seus conhecimentos, os respondentes foram questionados da seguinte forma: Na sua formação profissional, você obteve conhecimentos sobre a Contabilidade Ambiental? Os dados das respostas constam no gráfico a seguir:

Figura 1 - Contato dos respondentes com a Contabilidade Ambiental durante a formação profissional



Fonte: Dados da pesquisa

A partir do evidenciado na Figura 1, observa-se que a maior parte dos respondentes (46,15%), em sua formação profissional, não obteve nenhum conhecimento a respeito deste ramo da contabilidade. No entanto, 41,03% tiveram contato com a contabilidade ambiental na sua formação profissional, percentual significativo comparado aos resultados do estudo de Souza (2006), demonstrando, desta forma, um aumento da presença do tema nos currículos dos cursos da região, sustentado em pelo fato do estudo de Sousa ser de 2006 e a maior parte dos respondentes ter formação e registro de cinco anos ou menos.

Ainda a respeito de seus conhecimentos, os respondentes foram inquiridos à seguinte questão: Como considera seus conhecimentos na área de Contabilidade Ambiental? Os dados das respostas constam na Tabela 1.

Tabela 1 - Conhecimentos dos respondentes sobre a Contabilidade Ambiental.

Conhecimentos	Respostas
Muito insatisfatórios	7,69%
Insatisfatórios	48,72%
Desconheço o assunto	12,82%
Razoavelmente satisfatórios	30,77%
Plenamente satisfatórios	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa questão, é importante destacar que apenas 7,69% consideram seus conhecimentos muito insatisfatórios, contudo, nenhum dos respondentes os considera plenamente satisfatórios, e 12,82% afirmaram desconhecer o assunto. Este fato pode estar relacionado com o pouco contato dos contabilistas com o assunto durante a sua formação profissional, conforme verificado na questão anterior. Contudo, não contradiz o estudo de Deegan (2002), pois o nível de conhecimento percebido indefere da importância considerada, até por haver outras fontes para atualização sobre o tema.

Na sequência, os respondentes foram indagados da seguinte forma: Você já participou da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental em alguma entidade? De acordo com as respostas, nenhum dos respondentes participou, nem como responsável e nem como participante. Isto demonstra que as empresas ainda não estão totalmente familiarizadas com o assunto.

A respeito da principal origem de seus conhecimentos, perguntou-se sobre onde adquiriram a maior parte dos conhecimentos na área. Os dados das respostas constam na Tabela 2.

Tabela 2 - Maiores fontes de conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental.

Fontes	Respostas
Livros e Revistas	33,33%
Artigos Acadêmicos	11,11%
Legislação Aplicada	8,33%
Formação Acadêmica	33,33%
Outras	13,89%

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos respondentes afirmou ter adquirido seus conhecimentos na formação acadêmica e em livros e revistas. Uma parcela dos respondentes (13,89%) indicou ter adquirido a maior parte de seus conhecimentos de outras fontes, tais como eventos na área. As respostas a esta questão corroboram com os resultados da quinta questão, principalmente com as afirmações de Viviani *et al.* (2014), e Nossa (2002), ao evidenciar a existência de interesse pelo tema, de tal forma que mesmo não estando tão presente na formação acadêmica os respondentes continuam buscando atualização.

Nas últimas duas questões, foi posto em pauta o grau de importância da Contabilidade Ambiental, sob o ponto de vista dos respondentes, para a gestão de uma empresa e para o consumidor. Os dados das respostas estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Grau de importância da informação ambiental para a gestão de uma empresa e para o consumidor.

Grau de Importância	Para a empresa	Para o consumidor
Irrelevante	0,00%	0,00%
Pouco Importante	5,13%	10,26%
Razoável	33,33%	23,08%
Muito Importante	46,15%	43,59%
Indispensável	15,38%	23,08%

Fonte: Dados da pesquisa

É interessante observar que nenhum dos respondentes considerou irrelevante a informação ambiental para a gestão da empresa e para o consumidor. Adicionalmente, poucos a consideram de menor importância. Isto demonstra que, embora boa parte dos contadores tenha adquirido pouco conhecimento sobre o assunto durante sua formação acadêmica, a maioria considera muito importante a gestão do patrimônio ambiental, e a preocupação com os riscos ambientais, por parte da gestão de uma empresa e até mesmo dos consumidores.

Dessa forma, os resultados corroboram com os estudos de Rover et al. (2012); Qiu, Shaukat; Tharyan (2016) e; Macêdo et al. (2013) ao evidenciar a evolução da importância desta para a contabilidade ambiental, evolução representada tanto pela importância apresentada pelos respondentes, quanto pela busca de atualização destes por meio de revistas e ainda pela maior presença nos currículos dos cursos na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos profissionais contábeis inscritos no CRC/RS – Delegacia de Frederico Westphalen em relação à Contabilidade Ambiental. Quanto ao perfil, a partir dos dados da pesquisa, pôde-se observar que a maioria dos respondentes é do gênero masculino, possui o registro há menos de cinco anos, é titular de Organização Contábil e possui formação superior com registro profissional como contador.

Em se tratando do conhecimento relacionado à área, pouco mais de 50% obtiveram-no durante a sua formação profissional, que em sua maioria, ocorreu em disciplina específica da graduação ou pós-graduação. Adicionalmente, quase metade dos respondentes (48,72%), considera como insatisfatórios os seus conhecimentos na área, destacando como principais fontes para esse conhecimento, a formação acadêmica, os livros e as revistas.

No que tange à participação na implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), é importante destacar que nenhum dos respondentes afirmou ter participado de uma implantação, seja como participante, ou como responsável. O último item abordado questionava os respondentes em relação à importância da informação ambiental para a gestão de uma empresa e para o consumidor. De acordo com os dados da pesquisa, os respondentes consideram importante e/ou indispensável a informação para a gestão da empresa, e, no mínimo razoável, para o consumidor, o que corrobora com os demais estudos.

Diante do conjunto de respostas obtidas, observa-se que a informação ambiental tem ganhado espaço e tem tido um aumento na consideração de sua importância, diante da preocupação cada vez maior com a escassez dos recursos naturais e com a poluição do meio ambiente. Tal aumento de importância é evidenciada pelos achados, visto que demonstram o crescimento desses conteúdos nos currículos, concomitante à busca sobre o tema e mesmo pela percepção dos respondentes.

Em concreto, infere-se que os resultados obtidos no estudo alinham-se à importância do tema como tratado na literatura. Ainda, corroboram com sua importância, porém, evidenciam, também, o conhecimento ainda empobrecido sobre tal. Dessa forma, ao considerar as duas posições, observa-se que o tema abordado tende a estar cada vez mais presente nos ambientes corporativos e acadêmicos, pois conforme Elkington (2001), informações de natureza ambiental estão a tornando-se indispensáveis para qualquer organização, ao demonstrar suas atitudes e responsabilidades perante o meio ambiente, para que a própria empresa possa medir o seu desempenho, além de ser um fator de importância nas decisões dos consumidores.

Como já destacado no decorrer desse estudo, o objetivo é de contribuir para o tema e não esgotá-lo. Neste sentido, sugere-se, para continuidade dos estudos na área, adaptar a pesquisa e aplicá-la aos consumidores, para ter uma dimensão da importância que os mesmos dão à informação ambiental.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. **Administração estratégica de mercado**. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

BURGWAL, V. D.; VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 10, n. 1, p. 9-37, 2009.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **Auditoria Ambiental: Uma ferramenta de gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

CLARKSON, P. M., LI, Y.; RICHARDSON, G. D.; VASVARI, F. P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. *Accounting, organizations and society*, v. 33, n. 4, p. 303-327, 2007.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. **A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais**. *Revista Contabilidade e Finanças USP*, São Paulo, n. 43, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>>. Acesso em 13 de março de 2018.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosure - a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DYE, R. A. Disclosure of nonproprietary information. *Journal of accounting research*, v. 23, n. 1, p. 123-145, 1985.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FERREIRA, Aracélia Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental - Uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **A formação social e territorial sul-rio-grandense na longa duração e a identidade regional**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/detalhe.php?ref=02&vol=volume1>>. Acesso em 08 de junho de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGC. Código de melhores práticas de governança corporativa. 4. ed. São Paulo: p. 1-74, 2015.

IBGE. **Dados dos países**. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/pt/>>. Acesso em 08 de junho de 2018.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**. n. 140, 1932.

MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D.; DAGOSTINI, L.; HEIN, N. Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na Bm&Fbovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 16, n. 1, p. 3-18, 2013.

MALLIN, C.; MULLINEUX, A.; WIHLBORG, C. The financial sector and corporate governance: the UK case. **Corporate Governance: An International Review**, v. 13, n. 4, 532-541, 2005.

MARTINS, Eliseu & RIBEIRO, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. IBRACON, boletim 208, São Paulo, 1995.

NOSSA, V. Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. São Paulo: USP, 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), FEA/USP, 2002.

PEREIRA, Ana Carla F. **A Contabilidade Ambiental: Pequenos Desejos de um Olhar de Relance**, v. 870; 2007.

PORTER, E. M. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

QIU, Y.; SHAUKAT, A.; THARYAN, R. Environmental and social disclosures: link with corporate financial performance. **The British Accounting Review**, v. 48, n. 1, p. 102-116, 2016.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva. 2010.

RIBEIRO, Maisa De Souza. GRATÃO, Angela Denise. **Custos ambientais - o caso das empresas distribuidoras de combustíveis**. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7, 2000, Recife. Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos. Recife: PE, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUEZ, S. I. **Sustainability assessment and reporting for the University of Michigan's Ann Arbor Campus**. Tese de Doutorado em Engenharia Ambiental. The University of Michigan, 2002.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 12, n. 27, 2001.

SILVA, I. S. T. Um estudo da utilização do custeio baseado em atividades (ABC) na apuração dos custos ambientais. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

SOUZA, Valquiria Pinheiro de. Análise da contribuição do ensino e dos meios de divulgação do conhecimento para a formação profissional em Contabilidade Ambiental. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2006.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade ambiental e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

VELLANI, Cassio. Luiz; DE SOUZA, M. R. RIBEIRO, Maisa. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 6, n. 11, p. 187-206, 2010.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 5, n. 1, p. 179-194, 1983.

VIVIANI, S.; MOURA, G. D.; MACÊDO, F. F. R. B.; SILVA, T. P. A evidenciação ambiental voluntária e os indicadores de desempenho empresarial de companhias abertas participantes do índice carbono eficiente (ICO2). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 2, p. 18-35, 2014.